

Desenvolvimento Profissional Docente: uma atribuição que também é do sindicato

Maria Isabel de Almeida – Faculdade de Educação da USP

Introdução

O tema da profissionalidade docente tem mobilizado a atenção de muitos professores e pesquisadores, propiciando a produção de um expressivo volume de literatura a respeito dos fatores com incidência positiva e negativa na atuação desses profissionais. Esse é um fenômeno mundial que se justifica pela necessidade de que a escola acompanhe as transformações sociais, cada dia mais velozes e profundas, ao mesmo tempo em que a educação é colocada como condição para o desenvolvimento econômico e para a transformação social e cultural das nações.

Entre nós ocorre movimento semelhante. Porém, os que se dedicam a esse tema têm que enfrentar também as adversidades colocadas pela situação crítica da escola brasileira. As políticas públicas têm tornado cada vez mais difíceis as condições de trabalho dos professores: o crescimento interno das escolas, para atender a demanda, tem sido feito às custas do inchaço das salas de aula; a prioridade dada à normalização dos fluxos idade/série não tem sido acompanhada da mesma atenção para com as condições viabilizadoras da efetiva aprendizagem dos alunos; a formação inicial não tem oferecido as bases teóricas e políticas para o enfrentamento da prática e a formação contínua praticamente inexistente; as condições de infra-estrutura das escolas e de apoio às situações de ensino apresentam-se cada dia mais deterioradas; nem mesmo a nova LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) parece oferecer suporte real para se alterar a burocratização e a falta de democracia da vida escolar. Evidentemente, a esses problemas, que ao lado de outros tantos constituem o núcleo da “crise da educação”, soma-se a alegada escassez de recursos, comprometendo também as condições de remuneração do trabalho docente.

Diante de um quadro tão adverso temos visto que os professores são freqüentemente responsabilizados pelos males da educação, acusados de exercerem uma prática ineficiente e de resistirem às inovações. Ou então, dependendo do momento e do interesse, eles são apontados como os “grandes agentes” da mudança, bastando para tanto aplicar

corretamente os procedimentos prescritos, superando individualmente as condições adversas em que atuam.

Por discordarmos radicalmente dessas visões a respeito dos professores, nos propomos aqui a repensar a profissão docente, buscando contribuir no debate sobre os elementos norteadores de um novo profissionalismo. As análises que têm caminhado nessa direção apontam dois aspectos centrais para essa construção: o primeiro é que eles precisam ser detentores de um saber específico, imprescindível à sua atuação e que é desenvolvido no interior da profissão. O segundo é que o trabalho docente precisa ser concebido e desenvolvido de maneira coletiva, inserido e orientado por um projeto educativo, capaz de expressar os compromissos da escola diante das necessidades comunitárias e sociais. Para os partidários dessa visão, uma política educacional ancorada nesses pressupostos oferece aos professores as condições para um constante processo de desenvolvimento profissional.

O conceito de desenvolvimento profissional pressupõe a idéia de crescimento, de evolução, de ampliação das possibilidades de atuação dos professores. Para tanto há que se compatibilizar duas dimensões, que se manifestam como inseparáveis na prática docente: a qualificação do professor e as condições concretas em que ele atua. Isso é confirmado pelas linhas de pesquisa mais recentes, que ao buscar compreender a atividade docente e propor alternativas à preparação dos seus profissionais, apontam para a inseparabilidade entre formação e o conjunto das questões que historicamente têm permeado o seu fazer educativo: salário, jornada, carreira, condições de trabalho, currículo, gestão, etc (Garcia, 1992, 1994; Benedito, 1993; Sacristán, 1993; Imbernón, 1994; Nóvoa, 1992).

Nessa concepção de profissionalismo docente a formação contínua se constitui em aspecto importantíssimo a ser considerado na sua valorização profissional de forma articulada às condições de trabalho e salários. Portanto, a melhoria do seu trabalho depende da ampliação de sua competência técnico/ético/política, bem como da melhoria da escola como um todo.

É nessa articulação que se abre um vasto campo para a atuação das entidades sindicais no âmbito do desenvolvimento profissional dos professores. Foi esse tema que investigamos na pesquisa *O sindicato como instância formadora dos professores: novas*

*contribuições ao desenvolvimento profissional*¹. Analisamos as experiências de formação profissional desenvolvidas por um sindicato brasileiro, por sindicatos e federações sindicais portuguesas e espanholas, que são apresentadas sinteticamente neste artigo.

O Sindicato como parceiro no desenvolvimento profissional dos professores

Com o objetivo de buscar alternativas para enfrentar as difíceis condições que envolvem o mundo da educação, especialmente o da docência, investigamos como o sindicato, ao lado de outras instituições, pode contribuir para o desenvolvimento profissional dos professores, constituindo-se em espaço para sua formação profissional, ao mesmo tempo em que pode acrescentar contribuições para a reconfiguração da profissão docente.

O sindicato, ao lado da escola, é também espaço de construção do sujeito coletivo e, ao mesmo tempo, de sua manifestação. Não podemos mais privilegiar a formação voltada para o professor isoladamente, organizada à margem do seu desenvolvimento profissional, o que contribui para agravar o isolamento e reforçar a imagem do professor como transmissor de um saber produzido no exterior da profissão. Superar essa concepção significa reconhecer que o espaço da formação contínua é, portanto, o do professor em suas dimensões coletiva, profissional e organizacional, contribuindo para a sua emancipação profissional e para a autonomia na produção dos seus saberes e valores (Nóvoa, 1991) e significa reconhecer que o processo de aprender a ensinar se prolonga durante toda a carreira do professor (Zeichner, 1993). Tomamos emprestada de Fusari (1998) a idéia de que a formação contínua é infinita enquanto possibilidade de crescimento pessoal e profissional do educador e precisa estar centrada na reflexão crítica que deve ocorrer na experiência profissional, a partir dos saberes advindos dela.

Reconhecer dessa forma o papel e a importância da formação contínua no desenvolvimento da profissionalidade docente coloca aos sindicatos o papel de promover o debate sobre o contexto e o significado da atuação profissional dos professores. Isso vem se desenvolvendo no interior dessas entidades, propiciando a participação de um expressivo número de professores, que tem se perguntado frequentemente: qual tem sido nossa postura como educadores? Temos clareza e segurança das opções que fazemos, dos valores que

¹ Essa pesquisa foi desenvolvida como parte das exigências para o doutoramento realizado na FE-USP em 1999 e teve o

escolhemos para orientar nossas ações? Temos nos dedicado a criar respostas aos desafios cotidianos ou repetimos modelos e práticas sem questioná-las? Como podemos resistir ao desestímulo, que a cada dia se faz presente com mais força, e se traduz em apatia, desilusão, renúncia? Como enfrentar a burocracia e as políticas baixadas na forma de pacotes, que muitas vezes caminham na direção contrária do que temos procurado construir democraticamente como proposta educacional?

Os sindicatos de professores no Brasil, especialmente os das redes públicas de ensino, têm se colocado como os grandes articuladores dos movimentos encetados pelos docentes na defesa dos seus interesses específicos², mas também têm desempenhado papel importante em lutas educacionais mais amplas, bem como na denúncia e no debate com a sociedade sobre os descasos das políticas públicas frente às necessidades educacionais em nosso país. Alguns já deram um passo a mais na construção de uma nova concepção de prática sindical e estão desenvolvendo propostas de formação³ mais estruturadas para seus associados, assumindo uma postura mais comprometida com a prática de seus associados e empreendendo esforços para a melhoria da educação.

Mas também é preciso registrar uma outra dimensão da atuação sindical, que é a do desenvolvimento e fortalecimento da dimensão coletiva profissional. Na medida em que o sindicato propicia o desencadeamento de um conjunto de relações, que se tecem no interior da categoria, e se coloca como mobilizador de articulações e organizações por locais de trabalho, ele leva os professores a vivenciarem experiências políticas fundamentais para a constituição de sua identidade profissional.

Outro campo que também pode e precisa ser ocupado pela ação sindical, é o do resgate da auto-estima⁴ do professor, face tão vitimada da identidade profissional nestas últimas décadas. Não há dúvida de que essa auto-estima passa fundamentalmente pela

apoio da CAPES-Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior .

² Nóvoa, ao reconstituir a história da profissão docente, afirma que quando as associações profissionais se organizaram no século XIX, elas colocaram-se como portadoras das reivindicações dos professores, que eram de três ordens: *melhoria do estatuto* (condições de acesso à profissão, formação, elevação no tratamento dos profissionais, etc.); *controle da profissão* (participação nas decisões sobre a atividade docente, autonomia sobre questões escolares, liberdade pedagógica, etc.); *definição da carreira* (promoção econômica e profissional, acesso a outros níveis da atividade escolar, etc.) (1991:128). Sem dúvida, essas são questões que, um século após o início da organização docente, ainda estão na pauta dos movimentos sindicais de professores, especialmente em nosso país.

³ Em São Paulo o SINPRO (Sindicato dos Professores da Rede Particular de Ensino) vem desenvolvendo desde 1994 cursos de *pós graduação lato sensu* para seus associados e a APEOESP (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de S. Paulo) vem realizando o *Projeto Reinventando a escola: a construção da prática pedagógica coletiva* desde julho de 1996, que será abordado mais à frente neste trabalho.

valorização do seu trabalho, que é evidentemente salarial, mas também passa pela forma como ele realiza seu fazer educacional e pelos resultados que obtém.

Oferecer situações que permitam aos professores refletir sobre essas questões e encaminhá-las constantemente na direção do seu desenvolvimento profissional, constitui-se num espaço de atuação que abre novas portas para a aproximação do sindicato com parcelas significativas da categoria. E do ponto de vista dos professores, há a possibilidade de interferência nos rumos ou diretrizes que essas ações devem tomar, já que as entidades sindicais, pelo menos as mais representativas, são regidas por princípios e práticas democráticas, que possibilitam aos associados fazer valer seus pontos de vista. Com isso eles teriam a possibilidade de participar de ações formadoras voltadas para suas reais necessidades.

Os “olhares” da pesquisa

O trabalho de pesquisa que estamos relatando concretizou-se a partir de um projeto de formação profissional de professores, que vimos desenvolvendo desde 1996 na APEOESP (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo), denominado *Reinventando a escola: a construção da prática pedagógica coletiva*⁵.

Esse projeto procura superar a concepção individualista de formação, centrada no professor e organizada à margem do seu desenvolvimento profissional. Para tanto defende que a mudança da profissionalidade e o aperfeiçoamento dos professores devem ser entendidos como um modelo de desenvolvimento profissional e pessoal, evolutivo e continuado, que precisa estar referenciado nos contextos que determinam a prática. Nessa medida, o desenvolvimento dos professores passa a ser produzido num espaço mais amplo, que é a escola, o que implica em focar todos os aspectos implicados na prática docente.

Apoiando-se nessa concepção, a APEOESP empreendeu esforços para reconceituar o papel do sindicato diante do desenvolvimento profissional dos professores, o que pressupõe tratar de maneira inseparável a formação e as chamadas reivindicações corporativas (salário, jornada, carreira, condições de trabalho, currículo, gestão, etc).

⁴ NÓVOA (1992) nos indica essa necessidade quando pontua que a dimensão pessoal é parte constitutiva do professor, impossível de ser separada ou ‘esquecida’, e que precisa ser considerada no seu processo de formação contínua.

⁵ Este projeto é coordenado pelo “Coletivo de Formação”, integrado por 4 pesquisadores (Selma Garrido Pimenta, José C. Fusari, Silvia M. Manfredi e Maria Isabel de Almeida), por diretores da APEOESP e por sua assessoria.

Assim, o projeto de formação concebido e desenvolvido pelo sindicato expressa uma concepção de formação centrada na articulação entre as dimensões técnico-pedagógica e político-sindical e busca contribuir na constituição de uma nova identidade profissional, capaz de responder às condições que permeiam a profissionalidade docente.

No desenvolvimento da pesquisa, que se caracteriza como histórico-analítica, baseamo-nos em dois tipos de fonte: a produção escrita dos sindicatos (deliberações de congressos, encontros, jornadas, ciclos de palestras, conferências, debates e a imprensa sindical) e os depoimentos dos dirigentes sindicais. Estes foram ouvidos enquanto atores sociais que, por serem representantes dos professores, falam em nome deles e simultaneamente em nome da sua própria experiência, uma vez que também são professores e, nessa medida, conhecedores do mundo do trabalho docente. Procuramos tratar esses depoimentos enquanto expressão da representação social e política de que os dirigentes são investidos, e também como parte da história sindical e educacional, interpretada e contada por sujeitos históricos, que são parte de sua própria construção.

Os depoimentos foram colhidos por meio de entrevistas, onde os dirigentes foram rememorando a trajetória da entidade e da própria categoria, identificando os problemas que afetam a vida dos professores, além dos caminhos construídos pelo movimento docente para enfrentá-los. Eles nos permitiram adicionar à visão expressa na documentação sindical, o calor da leitura pessoal, traduzida em interpretações sobre o passado, o presente e as projeções para o futuro. Foram esses depoimentos que propiciaram nossa aproximação com a realidade sindical e educacional em estudo.

Os objetivos que orientaram essa nossa pesquisa foram definidos, na verdade, a partir das necessidades sentidas no encaminhamento da prática de formação profissional desenvolvida no espaço sindical. Nessa medida, embora formulados por nós, podemos dizer que eles são fruto da construção coletiva, onde se fizeram presentes os dirigentes sindicais, os parceiros pesquisadores e, principalmente, o movimento docente que se expressa nas estruturas da entidade.

Nosso trabalho procurou identificar as maneiras como os sindicatos vêm realizando a formação dos professores e desvelar, nas trajetórias da APEOESP e das entidades portuguesas e espanholas, os fatores com interferência positiva e negativa na concretização dessa formação. Também buscamos avançar na formulação de hipóteses para o trabalho de

formação de professores no âmbito sindical. Assim, as informações coletadas junto à APEOESP e às organizações sindicais internacionais forneceram os caminhos para nos aproximarmos da maneira como a formação contínua dos professores vem sendo tratada nos diversos contextos sindicais.

As experiências sindicais estudadas

A experiência brasileira: a APEOESP – A preocupação da APEOESP com a formação dos professores é antiga. Desde o final dos anos 70, quando renasceram as mobilizações na sociedade brasileira, ela começou a realizar encontros, debates e congressos para tratar das questões educacionais, ao mesmo tempo em que enfrentou a deterioração das condições de vida e trabalho dos professores. Essas duas dimensões da luta passaram a mobilizar parcelas significativas do professorado. Com isso, o espaço de discussão e reflexão sobre a educação e sobre a profissão docente, que era negado no seio da política educacional, começou a existir na APEOESP. A entidade empenhou-se então em elevar o estatuto da profissionalidade docente, envolvendo-se em questões que estavam além do campo eminentemente corporativo.

No decorrer da década de 80 a entidade duplicou o número de associados, construiu uma estrutura estadual de base (as Subsedes), criou formas para democratizar a participação da categoria nas decisões (Conselho Estadual e Regional de Representantes), esteve presente nas grandes campanhas e lutas políticas nacionais (pela Anistia, pela Eleições Diretas, pela Constituinte, pela LDB dentre outras). Também realizou fortes movimentos grevistas por reajustes salariais e condições de trabalho e pela defesa da escola pública. Outra marca definidora das posições da APEOESP é a idéia de que a atualização e o aperfeiçoamento constantes fazem parte da natureza da profissão docente e que é obrigação do Estado garanti-los. Sem deixar de denunciar as omissões das políticas educacionais nesse campo, ela realizou congressos educacionais e uma série de outras ações voltadas à formação pedagógica e também sindical dos professores.

Na década de 90 a APEOESP entrou em uma nova fase. Baseando-se nas experiências desenvolvidas no campo educacional, formulou um projeto de escola (1991), que se tornou orientador das posições assumidas nos anos seguintes. Com isso, evidenciou-se a necessidade de uma atuação mais constante no campo da formação dos professores, já

que a relação entre formação e qualidade da escola explicitava-se cada vez mais. Em 1995 a APEOESP decidiu desenvolver um projeto próprio de formação profissional de professores, que articulasse a formação pedagógica e a sindical, ao qual já fizemos referência.

No interior desse projeto implementou-se duas linhas de trabalho entre 1996 e 1999: a primeira, voltada para a formação dos PCPs (professores coordenadores pedagógicos) e REs⁶ (representantes de escola), preocupa-se centralmente com a escola e com o fenômeno educacional. A segunda, voltada para os dirigentes sindicais, procura subsidiá-los na compreensão do papel do sindicato na melhoria da educação e das condições em que os professores realizam o seu trabalho, para melhor sustentarem o projeto *Reinventando a escola* em suas regiões⁷.

A experiência portuguesa – a FENPROF e a FNE: Para verificar como se dá a experiência sindical portuguesa no campo da formação contínua de professores, pesquisamos as duas grandes federações existentes no país: a FENPROF (Federação Nacional dos Professores) e a FNE (Federação Nacional dos Sindicatos da Educação). Sem desconsiderar as diferenças que têm marcado suas posições e atuação, é significativo apontar que ambas consideram que a formação contínua é um direito dos professores e um dever do Estado e têm desenvolvido uma série de atividades voltadas para a formação dos professores como encontros, seminários, congressos, etc.

A partir de 1992 passou a existir em Portugal um sistema de formação contínua para os professores, que pressupõe a escolha individual diante das várias opções de formação contínua disponibilizadas pelas diversas instituições. Por meio do Programa FOCO⁸ o governo repassa os recursos às instituições que tenham seus projetos aprovados por um Conselho Nacional. Essa concepção de formação contínua abriu espaço para que as organizações sindicais participem, em pé de igualdade com outras instituições formadoras, recebendo recursos oficiais para tanto e tendo suas ações reconhecidas para efeito de progressão na vida funcional dos professores.

⁶ Representante de escola é o professor eleito por seus pares para fazer a ligação entre a escola e o sindicato.

⁷ Por ser um sindicato estadual, a APEOESP conta com 92 Subsedes, espalhadas por todo o Estado de São Paulo, que são coordenadas por equipes eleitas regionalmente, com o apoio dos dirigentes estaduais.

⁸ Esse programa foi financiado pela Comissão Econômica Européia até o final de 1999.

A interpretação dos dirigentes da FENPROF e da FNE é de que a participação nesse programa não lhes acarretou a perda da independência ou da postura crítica diante das políticas oficiais e possibilitou-lhes mais uma via de aproximação com os professores.

A experiência espanhola – a FE/CCOO: A Federación de Enseñanza de Comisiones Obreras é a mais forte organização sindical na área da educação na Espanha e, como os outros organismos sindicais aqui apontados, também desenvolve, há muito tempo, ações voltadas para a formação dos professores.

No momento da pesquisa sua atuação nesse campo desenvolvia-se no espaço aberto pela criação de um sistema de formação profissional⁹, coordenado diretamente por centrais sindicais, organizações empresariais e organismos governamentais. Os recursos para o custeio da formação provêm da cota de formação profissional arrecadada pela Previdência Social através do desconto de 0,7% da folha de pagamento, sendo 0,1% assumido pelos trabalhadores e 0,6% pelos empregadores. Desse montante, 0,35% são destinados à formação de trabalhadores empregados e os 0,35% restantes à formação de desempregados.

No caso específico da FE/CCOO, esses acordos asseguraram-lhe a possibilidade de oferecer ações de formação contínua e também de participar no controle sobre esse nível de formação. Com isso a formação tornou-se uma ferramenta a mais na sua ação sindical, permitindo-lhe uma proximidade maior com os interesses dos professores e maior capacidade de resposta às suas necessidades profissionais. A avaliação dos dirigentes sindicais entrevistados é de que participar desse sistema não acarretou qualquer tipo de interferência ou limitação política às posições ou à atuação da FE/CCOO.

As contribuições da pesquisa

Para os propósitos deste artigo nos restringiremos a relatar as contribuições da pesquisa a partir da experiência sindical brasileira, já que devido às circunstâncias históricas alguns caminhos construídos pelos organismos sindicais portugueses e espanhóis foram diferentes. Destacaremos alguns aspectos relevantes para o desenvolvimento profissional dos professores que podem contar com a colaboração do sindicato:

⁹ O Acordo Nacional para a Formação Contínua no setor privado foi firmado em dez/92, entre associações empresariais e centrais sindicais. Em mar/95 foi firmado, entre as centrais sindicais, a Administração Central, a Federação Espanhola de Municípios e Províncias e as Comunidades Autônomas, o Acordo de Formação Contínua para as Administrações Públicas. Em 1996 esses acordos foram renovados, tendo validade até o final do ano 2000.

- O primeiro deles é que a APEOESP traz em sua história os elementos que a vinculam à formação profissional dos professores. Isso se evidencia por três fatores: o seu compromisso político com uma educação de qualidade, o interesse dos professores em participar de espaços de discussão e reflexão sobre sua profissão e a ausência de ações promovidas pelo Estado com esses objetivos.

- Também verificamos que o envolvimento do sindicato com a formação é respaldado por uma concepção sobre a profissão docente que coloca a formação contínua como elemento central, para que a atuação dos professores se desenvolva de maneira mais completa. Essa percepção está em sintonia com formulações elaboradas no espaço da pesquisa acadêmica a respeito da formação contínua, que a concebe como um processo dinâmico por meio do qual um profissional vai adequando sua formação às exigências de sua atividade profissional (Alarcão, 1998). No entanto o sindicato considera que a constituição de uma política sindical capaz de respaldar uma atuação permanente de formação profissional, coloca-se como resultado da ausência de uma política de formação contínua por parte do Estado. Diante disso parece-nos que ainda é frágil a percepção de que esse envolvimento deve ser entendido como parte da natureza de um sindicato de professores.

- Outro aspecto merecedor de atenção é a necessidade de um novo projeto sindical, capaz de fazer frente às mudanças conjunturais decorrentes do processo de globalização. Esse desafio está colocado a todos os trabalhadores, uma vez que já não há mais espaço para sindicatos que se mantenham restritos às temáticas eminentemente corporativas e às estratégias confrontacionistas, válidas para a década de 80. Entre os professores essa elaboração está em curso há alguns anos e, sem dúvida, tem se ancorado na concepção sobre a profissão docente que anunciamos anteriormente, onde a formação contínua ocupa papel nuclear.

- Por ter nascido à margem da política educacional institucional em vigor, o projeto sindical de formação profissional não teve que se submeter a normas, concepções ou ingerências oficiais. Expressa portanto, a capacidade do sindicato em ler as condições históricas presentes na configuração da profissão docente na atualidade, diagnosticar suas necessidades e compatibilizá-las com os objetivos e possibilidades institucionais. Se, por um lado, essa desvinculação traduz-se na possibilidade de ousar uma proposta original e

com identidade própria, aumentando com isso sua responsabilidade, por outro acarreta limites a essa atuação pela ausência de uma política maior que lhe dê respaldo, assegure suporte financeiro e reconhecimento.

- Centrada na questão da profissionalização, essa proposta procura ocupar o espaço reservado às organizações sindicais, como é apontado por alguns autores (Nóvoa 1991, Alarcão 1998, Veiga 1998), na constituição da identidade profissional. Nesse percurso os professores terão necessariamente que articular teoria e prática profissional, reflexões a respeito da finalidade e dos objetivos educacionais, democratização do ensino e da escola, formação, condições de trabalho e de salário, etc. O esforço nessa direção será muito mais rico e eficaz se for feito por toda a categoria. Como a história educacional brasileira é pobre em exemplos onde o coletivo docente tenha sido estimulado, pelos próprios sistemas de ensino, para redesenhar sua identidade a partir de novas maneiras de realizar o seu trabalho e de se relacionar com a sociedade, e sendo essa uma demanda urgente que está posta para a escola contemporânea, o projeto da APEOESP pode vir a desempenhar um papel estimulador na reconstrução das relações dos professores com sua prática e com seus alunos.

É exatamente nessa articulação que reside a aposta da APEOESP. Tomando como princípio a idéia de que o professor é o grande agente de mudanças na escola e que sua formação ocorre a partir da reflexão capaz de relacionar teoria e prática, a proposta visa desenvolver um trabalho coletivo de formação, centrado no exercício profissional, integrado ao trabalho das escolas e relacionado com a formação desenvolvida em instituições e cursos especializados.

- Diante da realidade educacional paulista, a relação da formação contínua com a carreira docente coloca-se como um dos aspectos mais difíceis de se equacionar na perspectiva do desenvolvimento profissional dos professores. É insatisfatória a maneira como está articulada a participação em ações de formação contínua e a progressão na carreira e também inexistem critérios para valorizar e avaliar o seu aprimoramento profissional. A APEOESP questiona essa situação há muito tempo mas também não tem

uma proposta efetiva para enfrentá-la. O acúmulo do movimento docente aponta para a carreira aberta¹⁰, mas ainda está longe de articular carreira e formação contínua.

- As organizações sindicais, enquanto formas coletivas de expressão da categoria profissional, têm atuado exatamente na confluência das várias dimensões do desenvolvimento profissional, encaminhando as reivindicações essenciais ao exercício profissional e propiciando espaços para a reflexão a respeito de como e em que direção deve se desenvolver a prática educacional. Elas são, portanto, instâncias que podem contribuir, de maneira especial, para a reconstrução da relação dos professores com o seu trabalho, para o enfrentamento dos problemas que causam insegurança profissional, pessoal e social nos professores, caminhando na direção do seu desenvolvimento profissional.

Uma atuação sindical orientada por esses princípios insere-se na construção de um novo profissionalismo docente, que esteja de acordo com as novas idéias educacionais e sociais, numa perspectiva progressista e democrática.

Nessa perspectiva apontamos alguns eixos orientadores para a prática sindical: atuar no sentido da construção de um projeto de desenvolvimento profissional dos professores; atuar na direção da (re)construção da identidade profissional; contribuir para a superação das dificuldades de organização dos professores em suas unidades de trabalho; estimular a democratização das relações intra-escolares; oferecer um novo campo de participação aos professores; colocar-se como parceiro crítico junto a outras instituições de formação; contribuir no combate à exclusão social, ajudando a melhorar a qualidade da escola pública; desenvolver projetos próprios ou em parceria com outras agências formadoras ou com o Estado, voltados para a formação contínua e para o fortalecimento do coletivo docente.

Considerações sobre a investigação de um novo parceiro na formação dos professores

As orientações que têm sido colocadas para formação de professores entre nós não têm atendido as necessidades sociais, e por isso é preciso gestar uma nova política de

¹⁰ A carreira aberta tem um único cargo, o de professor, possibilitando aos docentes evoluírem salarialmente sem ter de deixar a sala de aula. Assim os professores podem chegar ao nível salarial de um diretor, na medida em que se elimina os

formação, de maneira democrática e aberta a todas as contribuições que possam apontar caminhos para essa construção. Para dar conta de tal empreendimento num país como o Brasil, sem dúvida é preciso o envolvimento de diferentes atores sociais. Foi então com o propósito de nos juntarmos a esse esforço que procuramos investigar o percurso que as organizações sindicais vêm construindo nessa direção.

Procuramos demonstrar como o sindicato pode se tornar parceiro no desenvolvimento profissional dos professores, atuando no âmbito da sua formação contínua e articulando a dimensão técnico-pedagógica do fazer docente com a político-sindical. Parece-nos que uma atuação nessa direção pode contribuir para a constituição de uma nova identidade profissional, capaz de fazer frente às condições que hoje permeiam a profissionalidade docente.

Parece-nos importante que os sindicatos assumam que a formação dos professores também é um território de sua competência. Esse é o primeiro passo para que eles se coloquem como mais um espaço para repensar o trabalho dos professores e valorizar a profissão docente. Como fazê-lo depende do envolvimento de cada sindicato e, portanto, é um campo aberto. Esperamos que outras experiências sindicais, que certamente existem, entrem nesse debate.

Bibliografia:

- ALARCÃO, Isabel. Formação continuada como instrumento de profissionalização docente. In: VEIGA, Ilma Passos A. (org.). Caminhos da profissionalização do magistério. Campinas: Papirus, p. 99-122, 1998.
- ALMEIDA, Maria Isabel de. *O sindicato como instância formadora dos professores: novas contribuições ao desenvolvimento profissional*. São Paulo: FE-USP, 1999. Tese de doutorado.
- ALMEIDA, Maria Isabel de. Os professores diante das mudanças educacionais. In: BICUDO, M.A.V. e SILVA JR. C.A. (org.) *Formação do Educador e Avaliação Educacional*, vol. 3. S. Paulo: Ed. UNESP, p.249/262, 1999.
- BENEDITO, Vicenç. Presentación. In: IMBERNON, Francesc (coord.) *La formación permanente del profesorado en los países de la CEE*. Barcelona: Editorial Horsori, 1993.
- FUSARI, José Cerchi. Formação contínua de educadores – um estudo de representações de coordenadores pedagógicos da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, São Paulo: FE-USP, 1998. Tese de doutorado.
- GARCIA, Carlos Marcelo. A formação de professores: novas perspectivas baseadas na investigação sobre o pensamento do professor. In: NÓVOA, António (coord.). *Os professores e sua formação*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, p.51-76, 1992.
- GARCIA, Carlos Marcelo. La dimensió personal del canvi: Aportacions per a una conceptualització del desenvolupament professional dels professors. *Temps d'Educació*, nº 11. Barcelona: Universitat de Barcelona, p.11-40, 1994.
- IMBERNÓN, Francisco. *La formación y el desarrollo profesional del profesorado – hácia una nueva cultura profesional*. Barcelona: Editorial Graó, 1994.
- NÓVOA, António (coord.). *Os professores e sua formação*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.

- NÓVOA, António. Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente. *Teoria & Educação* nº 4, Porto Alegre: Pannonica Editora Ltda, p.109-139, 1991.
- PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores: identidades e saberes da docência. In: PIMENTA (org). *Saberes pedagógicos e atividade docente*. São Paulo: Cortez, 1999.
- SACRISTÁN, José Gimeno. Conciencia y acción sobre la práctica como liberación profesional de los profesores. In: IMBERNON, Francesc (coord.) *La formación permanente del profesorado en los países de la CEE*. Barcelona: Editorial Horsori, p.53-92, 1993.
- SCHÖN, Donald. Formar professores como profissionais reflexivos. In: NÓVOA, António (coord.). *Os professores e sua formação*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, p.77-92, 1992.
- VEIGA, Ilma Passos A. Avanços e equívocos na profissionalização do magistério e a nova LDB. In: VEIGA, Ilma Passos A. (org.). *Caminhos da profissionalização do magistério*. Campinas: Papirus, p. 75-98, 1998.
- ZEICHNER, Ken. *A formação reflexiva de professores: idéias e práticas*. Lisboa. Educa, 1993.